



Tribunal de Justiça Militar
do Estado de Minas Gerais

Diário da Justiça Militar Eletrônico

Nº 029/2021 ANO XII

Divulgação: terça-feira, 23 de fevereiro de 2021

Publicação: quarta-feira, 24 de fevereiro de 2021

Desembargador Fernando Armando Ribeiro
Presidente

Desembargador Osmar Duarte Marcelino
Vice-Presidente

Desembargador Rúbio Paulino Coelho
Corregedor

Frederico B. Viana
Sec.Esp.Presidente

PLENO

RESOLUÇÃO N. 236 DE 22 DE FEVEREIRO DE 2021

Institui Núcleo de Cooperação Judiciária, no âmbito da Justiça Militar do Estado de Minas Gerais.

O PLENO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR DO ESTADO DE MINAS GERAIS, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 11, VIII, alínea “c”, do Regimento Interno deste Tribunal,

CONSIDERANDO o disposto na Resolução n. 350, de 27 de outubro de 2020, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que fixou orientações para adoção de mecanismos de cooperação judiciária entre os órgãos do Poder Judiciário;

CONSIDERANDO os objetivos da cooperação judiciária de obter maior fluidez e agilidade nas comunicações entre os órgãos do Poder Judiciário;

CONSIDERANDO a deliberação do Pleno deste Tribunal em Plenário Virtual, nos autos do Processo SEI n. 20.0.000001565_3,

RESOLVE:

Art. 1º Instituir Núcleo de Cooperação Judiciária (NCJ) no âmbito da Justiça Militar do Estado de Minas Gerais.

Art. 2º O NCJ tem como finalidade:

I - sugerir diretrizes gerais, harmonizar rotinas e procedimentos de cooperação judiciária com outros órgãos do Poder Judiciário, bem como outras instituições e entidades;

II - consolidar os dados e as boas práticas no âmbito da Justiça Militar do Estado de Minas Gerais.

Art. 3º O Núcleo de Cooperação Judiciária será composto por um Desembargador e por um Juiz de Primeiro Grau, ambos designados pela Presidência.

§ 1º O Núcleo poderá ser integrado, também, por servidores da Justiça Militar.

§ 2º Os magistrados a que se refere o *caput* deste artigo atuarão na condição de Juizes de Cooperação.

§ 3º Os magistrados e servidores do Núcleo de Cooperação Judiciária permanecerão na função por um período de dois anos, podendo ser reconduzido por igual período.

Art. 4º Os Juizes de Cooperação terão a função de facilitar a prática de atos de cooperação judiciária.

Art. 5º O Tribunal comunicará ao CNJ, no prazo de dez dias, sempre que houver alteração no rol dos magistrados de cooperação, informando o nome, o cargo, a função e os contatos telefônicos e eletrônicos do novo ponto de contato.

Art. 6º O Núcleo deverá estabelecer critérios e procedimentos para registro de dados relevantes e boas práticas de cooperação judiciária.

Art. 7º O Juiz de Cooperação tem por atribuições específicas:

I - identificar soluções para os problemas que possam surgir no processamento de pedido de cooperação judiciária;

II - facilitar a coordenação do tratamento dos pedidos de cooperação judiciária no âmbito da Justiça Militar de Minas Gerais;

III - fornecer todas as informações necessárias a permitir a elaboração eficaz de pedido de cooperação judiciária, bem como estabelecer contatos diretos entre os diversos órgãos e juizes;

IV - intermediar o concerto de atos entre juizes cooperantes e ajudar na solução para problemas dele decorrentes;

V - comunicar ao Núcleo de Cooperação Judiciária a prática de atos de cooperação, quando os juizes cooperantes não o tiverem feito;

VI - participar de comissões de planejamento estratégico dos tribunais;

VII - participar das reuniões convocadas pela Corregedoria de Justiça, pelo Conselho Nacional de Justiça ou pelos juizes cooperantes;

VIII - promover a integração de outros sujeitos do processo à rede de cooperação.

§ 1º Sempre que um Juiz de Cooperação receber, de outro membro da rede, pedido de informação a que não possa dar seguimento, deverá comunicá-lo à autoridade competente ou ao membro da rede mais próximo para fazê-lo.

§ 2º O Juiz de Cooperação deve prestar toda a assistência para contatos ulteriores.

§ 3º O Juiz de Cooperação deverá registrar em arquivo eletrônico próprio todos os atos que praticar no exercício dessa atividade, que será gerido pelo Núcleo de Cooperação Judiciária.

Art. 8º Os atos de cooperação celebrados com juízos de ramos distintos do Poder Judiciário deverão ser informados ao Tribunal, para conhecimento.

Art. 9º O pedido de Cooperação Judiciária deve ser prontamente atendido e prescinde de forma específica, facultando-se a utilização dos modelos constantes nos anexos da Resolução CNJ n. 350, de 27 de outubro de 2020.

Art. 10. Fica revogada a Resolução n. 114, de 6 de julho de 2012.

Art. 11. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

(a) Desembargador **FERNANDO ARMANDO RIBEIRO**
Presidente

PRESIDÊNCIA

ATO(S) DO PRESIDENTE

DIÁRIAS DE VIAGEM

Beneficiário: Desembargador James Ferreira Santos

Cargo: Desembargador

Matrícula: JME 0372-7

Destino: Brasília/DF

Atividade: Representar o Presidente do TJMMG, com a finalidade de participação na solenidade de entrega da Medalha de Mérito Judiciário Militar ao Presidente do Superior Tribunal Militar, Exmo. Ministro Alte. Esq. Marcus Vinícius Oliveira dos Santos.

Período de afastamento: 02/03/2021 a 03/03/2021

Concessão de 1 e 1/2 (uma e meia) diária (s), nos termos da Portaria nº 541/2011.

Beneficiário: Ten Cel PM Ruy Magalhães Martinho Neto

Cargo: Assistente Militar

Matrícula: JME 0883-8

Destino: Brasília/DF

Atividade: Acompanhar o Desembargador James Ferreira Santos, com a finalidade de participação na solenidade de entrega da Medalha de Mérito Judiciário Militar ao Presidente do Superior Tribunal Militar, Exmo. Ministro Alte. Esq. Marcus Vinícius Oliveira dos Santos.

Período de afastamento: 02/03/2021 a 03/03/2021

Concessão de 1 e 1/2 (uma e meia) diária (s), nos termos da Portaria nº 541/2011.

Desligando-se deste Tribunal:

- 071804-9, 2º Sgt PM Luiz Carlos de Andrade, a partir de 20/02/2021;

-104.081-5, Subten Cleide Margaret Cruz da Costa, a partir de 22/02/2021;

- 104.085-6, 2º Sgt Eliana Vieira Damasceno, a partir de 22/02/2021.

Apresentou-se neste Tribunal em 18/02/2021:

-o 1º Sgt PM Flávio Maurício da Silva

COMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DOCUMENTAL - CPAD

LISTAGEM DE ELIMINAÇÃO – DOCUMENTOS JUDICIAIS

N. 05/2021

UNIDADE DE GESTÃO DOCUMENTAL					Listagem N. 05/2021
Código de Classificação Classe	Assunto	Data Limite	Unidade de Arquivamento		Observação/Justificativa
			Quant.	Especificação	
1312	Defeito, nulidade ou anulação	30/04/2020	243	Processo	Não há
1312	Liminar	30/09/2013	2	Processo	Não há

1312	Liquidação/ Cumprimento/ Execução	31/10/2020	10	Processo	Não há
1312	Processo Administrativo/ Sindicância	01/03/2016	75	Processo	Não há
1312	Reintegração	30/11/2019	82	Processo	Não há

* 1312 – Ação Cível

Código de Classificação Classe	Classe	Data Limite	Unidade de Arquivamento		Observação/Justificativa
			Quant.	Especificação	
47	Ação Rescisória	30/09/2013	01	Processo	Não há
198	Apelação	31/12/2013	07	Processo	Não há
Belo Horizonte, 23/02/2021 Flávia Imaculada Chaves Diniz Responsável pela Seleção			Belo Horizonte, 22/02/2021 James Ferreira Santos Presidente da CPAD		Belo Horizonte, 18/02/2021 Autorizo: Fernando José Armando Ribeiro Presidente do TJMMG

GERÊNCIA JUDICIÁRIA

Gerente Judiciário: Eli Alvarenga

TRIBUNAL PLENO
PARA CIÊNCIA DAS PARTES

– SESSÃO PRESENCIAL -
CONVOCAÇÃO/INTIMAÇÃO

De ordem do Exmo. Sr. Presidente do Tribunal de Justiça Militar do Estado de Minas Gerais, Desembargador Fernando Armando Ribeiro, convoco os Exmos. Srs. Desembargadores, convido a Exma. Sra. Procuradora de Justiça e intimo as partes e seus advogados para a **Sessão Presencial Remota do Tribunal Pleno designada para o dia 17/03/2021 (quarta-feira), às 14h**, nos termos do art. 35-H do Regimento Interno, quando deverão ser julgados os processos da pauta a seguir.

A sustentação oral deverá ser requerida até 24 (vinte e quatro) horas antes da data designada para a realização da sessão, nos termos do art. 135, §§1º e 2º, do Regimento interno.

A plataforma utilizada para a sessão de julgamento será a ZOOM que substituirá o Webex.

Belo Horizonte, 23 de fevereiro de 2021.

Gerente Judiciário: Eli Alvarenga

MATÉRIA CRIMINAL**REPRESENTAÇÃO PARA DECLARAÇÃO DE INDIGNIDADE/INCOMPATIBILIDADE**

Processo n. 2000127-82.2020.9.13.0000

Referência: Processo n. 10414090272181001

Relator: Des. James Ferreira Santos

Revisor: Des. Fernando Armando Ribeiro

Representante: Ministério Público do Estado de Minas Gerais
Representado: Ten PM QOR Leonardo José Campos
Advogados: Rodrigo Otávio de Lara Resende (OAB/MG 088642)
Raul Fernando Almada Cardoso (OAB/MG106799)

REPRESENTAÇÃO PARA PERDA DA GRADUAÇÃO

Processo n. 0000553-41.2014.9.13.0000
Referência: Processo n. 0024.13.234.598-4
Relator: Des. Fernando Galvão da Rocha
Revisor: Des. James Ferreira Santos
Representante: Ministério Público do Estado de Minas Gerais
Representado: Juliano Hermes de Oliveira
Advogado(a/s): Daniel Igor Mendonça (OAB/MG 096346)
Jorge Vieira da Rocha (OAB/MG 145316) e outro(a/s)

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

Processo eproc n. 2000005-69.2020.9.13.0000
Referência: Processo n. 0000020-70.2000.9.13.0001
Relator: Des. James Ferreira Santos
Embargante: Wesley Oliveira Gomes
Advogado: Raphael Recervindo Silva Bento (OAB/MG 166915)
Embargado: Ministério Público do Estado de Minas Gerais

TRIBUNAL PLENO
PARA CIÊNCIA DAS PARTES
ACÓRDÃOS

MATÉRIA CRIMINAL

REPRESENTAÇÃO PARA PERDA DA GRADUAÇÃO

Processo eproc n. 2000133-89.2020.9.13.0000
Referência: Processo n. 0000602-03.2019.9.13.0002
Relator: Des. Fernando Galvão da Rocha
Revisor: Des. James Ferreira Santos
Representante: Ministério Público do Estado de Minas Gerais
Representado: Allan Vitor de Jesus
Advogado(a/s): Gustavo Nepomuceno Lopes (OAB/MG 156085)
Leandro Hollerbach Ferreira (OAB/MG 077819)
Ricardo Soares Diniz (OAB/MG 106073)
Carlos Galvão Neto (OAB/MG 106114)

Dispositivo do acórdão: acordam os Desembargadores do Tribunal Pleno, por unanimidade, em suspender o julgamento da presente representação até a ocorrência do trânsito em julgado das condenações criminais que lastreiam a presente ação.

EMENTA

REPRESENTAÇÃO PARA A PERDA DA GRADUAÇÃO – CONDENADO A UMA SANÇÃO TOTAL DE TRÊS (03) ANOS E QUINZE (15) DIAS DE RECLUSÃO - O REPRESENTADO APRESENTOU DEFESA REQUERENDO A SUSPENSÃO DA PRESENTE AÇÃO TENDO EM VISTA QUE OS RECURSOS ESPECIAL E EXTRAORDINÁRIO, INTERPOSTOS NO PROCESSO CRIMINAL CUJA CONDENAÇÃO LASTREIA A PRESENTE REPRESENTAÇÃO, AINDA ESTÃO EM TRAMITAÇÃO (PROCESSO N. 0000602-03.2019.9.13.0002) – A CERTIDÃO JUNTADA NO EVENTO 49 DEMONSTRA QUE AINDA NÃO HOUE O TRÂNSITO EM JULGADO DA AÇÃO MENCIONADA – O TRIBUNAL, POR UNANIMIDADE, DECIDIU SUSPENDER O JULGAMENTO DA PRESENTE REPRESENTAÇÃO ATÉ A OCORRÊNCIA DO TRÂNSITO EM JULGADO DAS CONDENAÇÕES CRIMINAIS QUE LASTREIAM A PRESENTE AÇÃO.

REPRESENTAÇÃO PARA PERDA DA GRADUAÇÃO

Processo eproc n. 2000107-91.2020.9.13.0000
Referência: Processo n. 0003140-67.2013.9.13.0001
Relator: Des. Fernando Galvão da Rocha
Revisor: Des. James Ferreira Santos

Representante: Ministério Público do Estado de Minas Gerais
Representado: Juliano Rodrigues Horta
Defensora Pública: Letícia Barra Vieira (MADEP 0234)

Dispositivo do acórdão: acordam os Desembargadores do Tribunal Pleno, por unanimidade, em julgar procedente a presente representação e determinar a perda da graduação do representado, com a sua consequente exclusão das fileiras da PMMG.

EMENTA

REPRESENTAÇÃO PARA PERDA DA GRADUAÇÃO – CONDENADO A CUMPRIR UMA PENA UNIFICADA DE 02 (DOIS) ANOS, 02 (DOIS) MESES E 12 (DOZE) DIAS DE RECLUSÃO EM REGIME ABERTO, PELA PRÁTICA DOS DELITOS DO ART. 319 (PREVARICAÇÃO), DO ART. 195 (ABANDONO DE POSTO) E DO ART. 312 (FALSIDADE IDEOLÓGICA) – ALEGAÇÃO DO REPRESENTADO DE QUE, MESMO CONDENADO, REÚNE CONDIÇÕES ÉTICAS, MORAIS, DISCIPLINARES E HIERÁRQUICAS PARA PERMANECER NAS FILEIRAS DA CORPORAÇÃO - OS FATOS NARRADOS NA PETIÇÃO INICIAL PELO MINISTÉRIO PÚBLICO SÃO GRAVES E DEMONSTRARAM A INCAPACIDADE DO REPRESENTADO E A SUA INABILIDADE PARA CONTINUAR NAS FILEIRAS DA PMMG - O FATO DE O REPRESENTADO TER RECEBIDO ANOTAÇÕES FAVORÁVEIS EM SEU REGISTRO FUNCIONAL APÓS O EVENTO QUE ACARRETOU SUA CONDENAÇÃO CRIMINAL E TER PRESTADO SEUS SERVIÇOS DE MODO SATISFATÓRIO NÃO CONSTITUI SITUAÇÃO RELEVANTE - AÇÃO JULGADA PROCEDENTE PARA DETERMINAR A PERDA DA GRADUAÇÃO DO REPRESENTADO.

PRIMEIRA CÂMARA
PARA CIÊNCIA DAS PARTES
ACÓRDÃOS

MATÉRIA CRIMINAL

RECURSO EM SENTIDO ESTRITO

Processo eproc n. 2000288-80.2020.9.13.0004

Relator: Des. Fernando Galvão da Rocha

Recorrente: Ministério Público do Estado de Minas Gerais

Recorrido: João Batista Rodrigues Uchoa Pimenta

Advogado(a/s): Evaldo Melgaço de Oliveira (OAB/MG 149547)

Dispositivo do acórdão: acordam os Desembargadores da Primeira Câmara, por unanimidade, em dar parcial provimento ao presente recurso em sentido estrito para manter as medidas cautelares impostas, devendo o magistrado de primeiro grau responsável pela investigação/processo reexaminar a necessidade da sua manutenção no prazo estabelecido no parágrafo único do art. 316 do Código de Processo Penal.

EMENTA

RECURSO EM SENTIDO ESTRITO CONTRA A DECISÃO QUE INDEFERIU O PEDIDO DE PRISÃO PREVENTIVA DO RECORRIDO – O RECORRIDO NÃO FOI ENCONTRADO E SOLICITOU O PAGAMENTO DE VANTAGENS INDEVIDAS MESMO DEPOIS DE TER SIDO CUMPRIDO UM MANDADO DE BUSCA E APREENSÃO EM SUA RESIDÊNCIA – LIMINAR DEFERIDA PARA DETERMINAR O CUMPRIMENTO DE MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS DA PRISÃO – CONFIRMAÇÃO DA LIMINAR PARA MANTER AS CAUTELARES AO MENOS ATÉ O PRAZO DE SUA REVISÃO PREVISTO NO PARÁGRAFO ÚNICO DO ART. 316 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL COMUM – RECURSO PROVIDO.

MATÉRIA CÍVEL

APELAÇÃO

Processo eproc n. 2000337-27.2020.9.13.0003

Relator: Des. Fernando Galvão da Rocha

Apelante: Estado de Minas Gerais

Procuradora do Estado: Jerusa Drummond Brandão (OAB/MG 078201)

Apelado: Fernando da Silva Duarte

Advogado(a/s): Gabriel Valadares Silva Lima Costa (OAB/MG 168407)

Dispositivo do acórdão: acordam os Desembargadores da Primeira Câmara, por unanimidade, em negar provimento ao presente recurso, mantendo intacta a sentença proferida em primeiro grau de jurisdição.

EMENTA

APELAÇÃO CÍVEL – AUSÊNCIA DE NOTIFICAÇÃO DE SEU DEFENSOR SOBRE A OITIVA DA TESTEMUNHA – INDEFERIMENTO DO PEDIDO DE INTERROGATÓRIO E DE JUNTADA DO EXTRATO DE REGISTRO FUNCIONAL DO APELANTE – APLICAÇÃO DA PENA DESCONSIDERANDO DUAS NOTAS MERITÓRIAS QUE RECEBEU NO ANO QUE ANTECEDEU A TRANSGRESSÃO – ILEGALIDADE EM SUPRIMIR O INTERROGATÓRIO, POIS ESTE É MEIO DE DEFESA E MEIO DE PROVA – IMPOSSIBILIDADE DE CONFUNDIR A ADOÇÃO DE UM RITO PROCESSUAL SIMPLIFICADO COM A SUPRESSÃO DO DIREITO DE AMPLA DEFESA DA PARTE ACUSADA – AUSÊNCIA DE JUNTADA DO EXTRATO DE REGISTRO FUNCIONAL – A ADMINISTRAÇÃO MILITAR AFIRMOU QUE INEXISTIAM ATENUANTES MESMO DIANTE DA AUSÊNCIA DE INFORMAÇÃO SOBRE TAIS CIRCUNSTÂNCIAS – PREJUÍZO CONCRETO PARA O APELADO – RECURSO DESPROVIDO.

AGRAVO INTERNO

Processo eproc n. 2000122-60.2020.9.13.0000

Referência: Processo n. 1000048-19.2017.9.13.0003

Relator: Des. Fernando Galvão da Rocha

Agravante: José Lucio Rodrigues

Advogado(a/s): Carlos Eduardo Bellocchio Corrêa (OAB/MG 152209)

Natália Machado de Oliveira (OAB/MG 122746)

Agravado: Estado de Minas Gerais

Procuradora do Estado: Jerusa Drummond Brandão (OAB/MG 078201)

Dispositivo do acórdão: acordam os Desembargadores da Primeira Câmara, por unanimidade, em negar provimento ao presente recurso, mantendo intacta a decisão que não conheceu dos embargos de declaração opostos.

EMENTA

AGRAVO INTERNO CONTRA DECISÃO QUE NÃO CONHECEU DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO OPOSTOS CONTRA DECISÃO QUE NÃO CONHECEU DO AGRAVO DE INSTRUMENTO – NÃO CONHECEU DO AGRAVO DE INSTRUMENTO POR NÃO SE AMOLDAR A QUAISQUER DAS HIPÓTESES PREVISTAS NO ART. 1.015 DO CPC – AUSÊNCIA DE URGÊNCIA – O TEXTO DA DECISÃO QUE NÃO CONHECEU DO AGRAVO DE INSTRUMENTO NÃO INCORREU EM QUALQUER OMISSÃO, CONTRADIÇÃO OU OMISSÃO E, POR ISSO, INEXISTEM REPAROS A SEREM PROMOVIDOS – MANUTENÇÃO DA DECISÃO AGRAVADA – NEGADO PROVIMENTO AO RECURSO.

SEGUNDA CÂMARA PARA CIÊNCIA DAS PARTES

- SESSÃO PRESENCIAL - CONVOCAÇÃO/INTIMAÇÃO

De ordem do Exmo. Sr. Presidente da Segunda Câmara do Tribunal de Justiça Militar do Estado de Minas Gerais, Desembargador Jadir Silva, convoco os Exmos. Srs. Desembargadores, convido a Exma. Sra. Procuradora de Justiça e intimo as partes e seus advogados para a **Sessão Presencial Remota da Segunda Câmara designada para o dia 18/03/2021 (quinta-feira), às 14h**, nos termos do art. 35-H do Regimento Interno, quando deverão ser julgados os processos da pauta a seguir.

A sustentação oral deverá ser requerida até 24 (vinte e quatro) horas antes da data designada para a realização da sessão, nos termos do art. 135, §§1º e 2º, do Regimento interno.

A plataforma utilizada para a sessão de julgamento será a ZOOM que substituirá o Webex.

Belo Horizonte, 23 de fevereiro de 2021.

Gerente Judiciário: Eli Alvarenga

MATÉRIA CRIMINAL

APELAÇÃO

Processo eproc n. 2000387-56.2020.9.13.0002

Relator: Des. Sócrates Edgard dos Anjos

Revisor: Des. James Ferreira Santos

Apelante: Marcus Vinícius da Silva Soares

Defensora Pública: Silva Lourenço Lobo (Madep - 0200)
Apelado: Ministério Público do Estado de Minas Gerais

APELAÇÃO

Processo 0000738-42.2015.9.13.0001

Relator: Des. Jadir Silva

Revisor: Des. Sócrates Edgard dos Anjos

Apelante: Márcio Júnior Costa Brandão

Advogado: Rogério Gomes Barbosa (OAB/MG 124843)

Apelado: Ministério Público do Estado de Minas Gerais

MATÉRIA CÍVEL**APELAÇÃO**

Processo eproc n. 2000752-47.2019.9.13.0002

Relator: Des. Jadir Silva

Apelante: Wagner de Oliveira Nazareth

Curador: Sebastião Nazareth Filho

Advogados: Elídio Ferreira da Silva (OAB/MG 106303)

Apelado: Estado de Minas Gerais

Procuradora do Estado: Jerusa Drummond Brandão (OAB/MG 078201)

Interessado: Ministério Público do Estado de Minas Gerais

APELAÇÃO

Processo eproc n. 2000281-94.2020.9.13.0002

Relator: Des. Sócrates Edgard dos Anjos

Apelante: Edson dos Santos Coimbra

Advogado(a/s): Josan Mendes Feres (OAB/MG 155915)

Giselly Lisboa Marchesano Gusi (OAB/MG 095126)

Apelado: Estado de Minas Gerais

Procuradora do Estado: Jerusa Drummond Brandão (OAB/MG 078201)

ATENÇÃO: para os processos eletrônicos essa publicação é apenas de caráter informativo

JUSTIÇA MILITAR DE PRIMEIRA INSTÂNCIA

AVISO: a partir do dia **15 de maio de 2018**, toda comunicação à Fazenda Pública para a prática de ato processual, inclusive a própria citação, será feita exclusivamente de forma eletrônica.

ÍNDICE POR ADVOGADOS

53280MG => 2; 106114MG => 1; 145316MG => 2; 159247MG => 2;

PRIMEIRA AUDITORIA JUDICIÁRIA MILITAR ESTADUAL

MATÉRIA CRIMINAL

1 - 0000732-98.2016.9.13.0001

Réu: Danilo Daniel Deividson Borges => Designada a Audiência Admonitória a ser realizada através do sistema ZOOM na data de 22 DE MARÇO DE 2021, às 16:30 horas, devendo o(s) douto(s) advogado(s) constituído(s) acessar(em) a sala virtual de audiências através do link abaixo, tendo em vista que o ZOOM não possibilita o cadastro prévio de e-mails para encaminhamento dos links:

Link para a Audiência Presencial Remota – Audiência Admonitória designada para o dia 22 de MARÇO de 2021, às 16:30 horas:

<https://us02web.zoom.us/j/89823105666?pwd=YmVSY2x1VXo5Q1Z0MU80bUxhRFZxZz09>

ID da reunião: 898 2310 5666

Senha de acesso: 353193. Adv.: Carlos Galvao Neto.

TERCEIRA AUDITORIA JUDICIÁRIA MILITAR ESTADUAL

MATÉRIA CRIMINAL

2 - 0001750-85.2015.9.13.0003

Réu: Cleomar Jose de Oliveira => Vista à defesa em razão do acórdão condenatório, às fls. 796 e ss. para requerer o que for de direito - inclusive para a informação do endereço atualizado do sentenciado - ex-policiaI militar. Adv.: Breno Yuri Rocha de Brito, Jorge Vieira da Rocha, Jorge Vieira da Rocha Junior.